



**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES , PORTOS E AEROPORTOS
SECRETARIA DE PORTOS**

Coordenação da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – CONAPORTOS

Centro Empresarial VARIG Setor Comercial Norte – SCN, Quadra 04 Bloco “B”
Edifício Varig – Pétala “C” Mezanino – CEP: 70714-900
Telefone: (61) 3411-3715 FAX 3326-3025

COMITÊ TÉCNICO DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS

12ª Reunião Ordinária

Dia: 28/09/2016 – **Horário:** 14h43 às 16h51

Local: sala de reuniões da labtrans da Secretaria de Portos.

RESUMO EXECUTIVO

1. ABERTURA

O Sr. Coordenador **Ricardo Strauss**, deu início aos trabalhos saudando os membros e convidados presentes à reunião. Em seguida realizou a leitura da pauta do dia.

2. PARTICIPANTES

Participaram da reunião os seguintes integrantes do Comitê de Integração de Sistemas: pela Secretaria de Portos da Presidência da República, **Ricardo Strauss** – Coordenador do Comitê Técnico de Integração de Sistemas; pela Casa Civil da Presidência da República, **Luis Fellype Arrussul de Melo**; pelo Ministério da Defesa-Comando da Marinha, **Antonio Cezar Souza Sales** e o Suplente **Péricles Alves Arraes**; pelo Ministério da Fazenda, os representantes **Celso Alves Dutra e Alexander Silva Araújo**; pelo Ministério da Saúde - ANVISA, **Luiz Sérgio Alves Junior e Rodolfo Navarro Nunes**; pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o representante **Roberto Lyra**; pela ANTAQ, o suplente **Fernando Antonio Correa Serra**; bem como assessores da Secretaria de Portos.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 PORTO SEM PAPEL NOS TERMINAIS PRIVADOS.

- Foi abordada a necessidade de padronização do PsP entre terminais públicos e privados, bem como a flexibilização dos processos dos PsP;

- Dentre os procedimentos adotados esclareceu-se que em alguns lugares os portos Públicos precisam dar anuência para os privados, o que gera morosidade na liberação. Destacou, ainda, que a média de espera dos anuentes vai de 3 a 7 dias;

- ANVISA enviará à coordenação do comitê de integração de sistema o levantamento com ranking de movimentação dos TUPs para apoiar a priorização da implantação, bem como a lista dos que trabalham somente com PsP;

- Abordou-se a necessidade de ajustes no PsP;

- Falou da Necessidade de se avaliar qual a melhor forma de anuência. Para a Anvisa a sem papel é a melhor, porém para padronização vê-se a necessidade de levantamento das informações de cada órgão anuente. Se for o caso, alterar o embasamento legal para anuências da Autoridade Portuária;

- SEP identificará TUPs isolados e vinculados a Portos Públicos.

3.2 DEMANDA: CANCELAMENTO DA SOLICITAÇÃO DE ATRAÇÃO.

- Abordou-se a problemática do cancelamento de solicitação de atração, sem qualquer padronização no PsP. O que de certa forma confunde o sistema;

- Necessidade de gerar no sistema histórico dos DUVs com relatórios completos. E, na lista de DUVs anteriores da mesma embarcação, destacar os que apresentaram algum problema;

- Foi sugerido pela Marinha um filtro nos DUVs mais relevantes (analisar os que mais fogem à regra);

- Necessidade de regulamentar, normatizar as atividades do agente de embarcação.

3.3 NORMAN 08

- Informação repassada pelo Coordenador, Sr. Ricardo Strauss de que, em videoconferência (SERPRO/SEP), definiu-se que a primeira homologação está prevista para outubro de 2016;

- Necessidade de validação final dos requisitos para que o SERPRO possa cumprir a previsão firmada;

- Foram validados os requisitos.

3.4 CONCESSÃO DE ANUÊNCIAS.

- O Sr. Ricardo Strauss iniciou fazendo um paralelo entre os assuntos abordados nos tópicos 3.1 e 3.4 da pauta.

- A ANVISA voltou a falar da necessidade de se definir a melhor forma de anuência para os órgãos anuentes.

- Contingência: O Sr. Coordenador trouxe ao conhecimento do Comitê que as Autoridades Portuárias reclamaram que no momento em que o PSP está fora do ar, falta para eles um processo alternativo (de forma padronizada), o que gera morosidade nos processos. Também informou que todos os postos locais dos anuentes estão orientados a conceder anuências de forma diferenciada após a decretação de contingência pela Autoridade Portuária;

- SEP deverá efetuar levantamento de tempo de anuência no PsP, por Porto/anuente, para identificar os casos mais críticos.

3.5 BASES CADASTRAIS ÚNICAS.

- O senhor **Roberto Lyra** (Ministério do Planejamento), começou com uma abordagem da forma mais prática e funcional para a base de cadastro único, inclusive elencando processos por etapa: **Etapa 1-** Legislação, processos e necessidades; **Etapa 2-** Quem serão os responsáveis pelo sistema; **Etapa 3-** Construção do sistema de bases cadastrais.

- Após longa discussão, muitos exemplos e opiniões técnicas, conclui-se que o órgão mais recomendado para tal controle seria a ANTAQ. A mesma pode fazer o cadastro (necessidade que o cadastro guarde histórico de alterações) das embarcações, porém, precisa das informações dos órgãos competentes;

- SEP e Receita enviarão para a ANTAQ os cadastros de embarcações e respectivos dicionários de dados;

- ANTAQ oficiará os órgãos solicitando os dados;

- ANTAQ consolidará as informações da Receita e do PsP, tendo em vista subsidiar os próximos passos para a unificação dos cadastros.

3.6 CUSTEIO DOS PORTOS SEM PAPEL

- O servidor da SEP, Rodolfo Monteiro, informou que o orçamento para o PsP está garantido (PAC) até março de 2018.

- Destacou, ainda, que é importante começar a pensar em soluções para que se, por ventura, faltar orçamento, ter outras fontes de custeio para que o projeto não perca força. Dentre as ideias surgiram as seguintes possibilidades: cobrança por DUV; rateio entre os anuentes; parceria com o setor privado.

- Por fim, falou da importância desse tópico ser discutido na plenária.

4.0. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador agradeceu a presença dos participantes e deu por encerrada a 12ª Reunião Ordinária do Comitê Técnico de Integração de Sistemas.

Brasília, 28 de setembro de 2016.

Declaro estar de acordo com conteúdo do Resumo Executivo

Ricardo Strauss
Secretaria de Portos da Presidência da
República

Luis Felliipe Arrussul de Melo
Casa Civil da Presidência da República

Fernando Antonio Correa Serra
Agência Nacional de Transportes
Aquaviários

Antonio Cezar Souza Sales
Ministério da Defesa – Comando da
Marinha

Rodolfo Navarro Nunes
Ministério da Saúde – ANVISA

Alexander Silva Araújo
Ministério da Fazenda

Luiz Sérgio Alves Junior
Ministério da Saúde – ANVISA

Roberto Lyra
Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão